



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS): 45 ANOS DA VIRADA

ISLANIA LIMA DA ROCHA¹

LUANA CAVALCANTE PINHO²

VALDERÍ TELES DO NASCIMENTO NETO³

RESUMO

O texto discute o processo de busca pela ruptura com o conservadorismo no Serviço Social Brasileiro. Refizemos o caminho trilhado pela profissão a partir da década de 1960, evidenciando as transformações sofridas até chegarmos na perspectiva de intenção de ruptura. Em seguida, debatemos a realização do III CBAS e discutimos o seu legado político-profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Erosão do serviço social tradicional; Renovação profissional; Congresso da Virada.

ABSTRACT

The text discusses the process of rupture with conservatism in Brazilian Social Work. We retraced the path taken by the profession from the 1960s onwards, highlighting the transformations undergone until we reached the perspective of an intention to rupture. We then debated the holding of the III CBAS and discussed its political-professional legacy.

Keywords: Social Work; Erosion of traditional social work; Reconception Movement; Turning Congress.

1. Introdução

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), que ficou historicamente conhecido sob a alcunha de *Congresso da Virada*, ocorreu em São Paulo, entre os dias 23 e 27

¹ Universidade Federal de Alagoas

² Universidade Federal de Alagoas

³ Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de setembro de 1979 e foi um importante marco para o rumo que a profissão tomou no Brasil. Hoje, quarenta e cinco anos depois, mais do que nunca é fundamental expressar o significado político deste momento, pois ele se constituiu enquanto um elemento significativo para o avanço da perspectiva crítica no serviço social e para a consolidação do compromisso profissional junto a classe trabalhadora, sendo um dos mais significativos espaços coletivos de construção da história do serviço social brasileiro.

Na atual conjuntura é de fato preocupante o ataque que a formação crítica em serviço social vem sofrendo. Claro que o desmonte da educação pública e o avanço de formas precárias de educação não são problemas restritos ao serviço social. No entanto, nos cabe refletir quanto que este processo vem repercutindo na formação da/o assistente social, ferindo a existência da formação crítica, laica e pública. A onda ultraconservadora, tão proeminente em nossa sociedade nos últimos anos, repercute no serviço social pela via da voraz e esvaziada crítica à teoria marxista. Esta ofensiva evidencia a importância da defesa da perspectiva teórica pautada no materialismo histórico e dialético de Marx, considerando que só é possível desenvolver uma análise do real, compreendendo sua complexidade, quando se tem como referência um método que possibilite se distanciar do idealismo. Esse cenário nos provoca a resgatar na história da profissão a construção da perspectiva crítica, assim como a necessidade de defendê-la como fundamento do projeto ético-político profissional e das conquistas obtidas através dele.

Para contar essa história dividiremos nosso trabalho em duas seções. A primeira está voltada a retomar a história do serviço social brasileiro, tendo como ponto de partida a década de 1960, pois a partir desse marco a profissão no Brasil passa por profundas transformações, com a erosão das bases tradicionais e o processo de renovação do serviço social. Nosso intuito é retomar a trajetória que leva a profissão a romper com o legado conservador naturalizado desde a origem do serviço social. Este desenvolvimento culmina na realização do III CBAS que serve como alavanca para a perspectiva crítica. Para isso, nos amparamos nos estudos de Ammann (2003) e Netto (2011, 2014).

A segunda seção aborda a realização do III CBAS e seu legado para o serviço social brasileiro. Nesse sentido, debatemos o contexto em que se realiza o Congresso da Virada e evidenciamos seu legado enquanto expressão coletiva da busca pela ruptura com o conservadorismo, materializada no cotidiano profissional através de seu projeto ético-político. Nesse ponto, nos pautamos dos estudos de Netto (2009), Bravo (2009), Braz (2009), Barroco

(2009), nas reflexões de Barroco e Terra (2012), além do livro que aglomera o material do seminário alusivo aos 30 anos do congresso da virada, organizado pelo CFESS (2012).

2. A construção dos caminhos para ruptura com o conservadorismo no Brasil

Neste tópico traçamos o caminho percorrido pelo serviço social brasileiro antes do III CBAS. Evidenciaremos os elementos constituintes nesta trajetória que levaram a profissão a se afastar do conservadorismo a que era filiada desde a sua origem. Entendemos que III CBAS constitui um momento apoteótico da elaboração de propostas que se contrapõem ao conservadorismo, materializando um confronto ao tradicionalismo que vinha se construindo no processo de renovação profissional. Desse modo, abordaremos aqui as mudanças sofridas pela profissão a partir da década de 1960, trazendo o debate da erosão dos suportes tradicionais do serviço social e o processo de renovação profissional: momentos que consideramos fundamentais na inflexão que a profissão viveu no Brasil.

O Brasil adentra a década de 1960 com muita efervescência política durante o governo de Goulart, efervescência essa interrompida pelo golpe cívico-militar. Deflagrada em 1964, a ditadura acabou por desdobrar profundas mudanças para a profissão, ainda que tais mudanças tenham sido desencadeadas sem intenção. Com base em Netto (2011), é possível afirmar que a ditadura empreendeu um projeto de modernização conservadora na economia do país, que consiste em operar alterações sem se desvencilhar de formas econômico-sociais arcaicas. Como bem coloca o autor, “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (Netto, 2011, p. 18).

Dessa forma, o Estado ditatorial se encarregou de dar continuidade ao padrão de acumulação brasileiro, caracterizado por ser dependente e associado aos monopólios internacionais e nativos. Diante de um projeto político de reposição da dependência, a política social, durante o regime ditatorial, era um elemento fundamental, responsável pela integração da população ao projeto social em curso, pois a ela caberia “a eliminação de obstáculos ao crescimento econômico — tais como a resistência cultural às inovações — e a criação de condições imprescindíveis à eficácia do mesmo” (Ammann, 2003, p. 105).

Assim, as mudanças de perspectiva que se avolumam no final da década de 1960 não foram obra do acaso: resultam da necessidade de adequar o serviço social às demandas que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

emergiram do contexto econômico, político e social daquela quadra histórica, indicando, por isso, o prelúdio de uma nova etapa para a profissão. Conforme Netto (2011, p. 115), “O lapso histórico que é coberto pela vigência da autocracia burguesa no Brasil demarca também uma quadra extremamente importante e significativa no envolver do serviço social no país”. Essa importância está relacionada ao processo de renovação profissional circunscrito no período, no qual as demandas postas para a profissão e sua inserção organizacional-institucional se articulam para pôr em movimento mudanças que incidem na reprodução da categoria, com impactos na formação e em seus padrões organizativos, assim como também em suas referências teóricas, culturais e ideológicas (Netto, 2011).

Nesse quadro, Netto (2011, p. 123) explica que

A racionalidade burocrático-administrativa com que a ‘modernização conservadora’ rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma ‘moderna’, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características — formais e processuais — capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais.

Esses rebatimentos da racionalidade burocrático-administrativa foram fundamentais para a erosão do serviço social tradicional. Frente aos desafios de uma sociedade em transformação, “o assistente social quer deixar de ser um ‘apóstolo’ para investir-se da condição de ‘agente da mudança’” (Netto, 2011, p. 138). Neste contexto, os aportes tradicionais já se encontravam numa crise velada que se intensifica entre 1960 e 1964. Seus detonadores são extraprofissionais: residem na dinâmica sociopolítica brasileira, nos debates em torno do “aprofundamento e a problematização do processo democrático na sociedade e no Estado” (Netto, 2011, p. 139).

Com isso, temos de um lado o progressivo desprestígio do serviço social tradicional no primeiro lustro da década de 1960 e de outro o florescimento de propostas que apontavam para a superação dos aportes tradicionais (Netto, 2011). Com a crise estabelecida, o próprio desenvolvimento da profissão naquele momento histórico levou a plena erosão das práticas tradicionais e a necessidade de novos paradigmas profissionais. É nesse contexto que se desenvolve o processo de renovação profissional: momento resultante da ação de vetores econômico-sociais daquela quadra histórica que desencadearam no serviço social a necessidade de reformular as bases de sua prática e de sua formação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conforme estabelecido na literatura da profissão, a partir da erosão do substrato tradicional em que estava amparado, o processo de renovação do serviço social se desenvolve em três direções distintas tanto do ponto de vista cronológico como teórico. Antes de tratarmos delas, é importante reforçar que o serviço social tem como marca o substrato ideológico do pensamento conservador, o qual compõe a natureza da profissão e dá a tônica de sua estrutura teórica e técnica, especialmente quando se remete a sua origem, institucionalização e desenvolvimento, até meados da década de 1970, no caso do serviço social brasileiro. As bases ideológicas que originalmente respaldaram a profissão se apoiaram nos postulados da Igreja Católica, no humanismo e no confessionalismo. Com isso, o tratamento das expressões da questão social, orientado por este ideário conservador, refletia-se acima de tudo em uma intervenção moralizadora, que por sua vez partia de uma formação doutrinária.

Em outras palavras, o pensamento conservador é uma tendência inerente ao serviço social, que se conforma na profissão ao longo da sua evolução sob diversas manifestações, incluindo os preceitos mais tradicionais, que reforçavam os aspectos de uma ação educativa de caráter político moralista, até a atual configuração do conservadorismo que retoma uma visão moralizadora adensada pela naturalização e criminalização da pobreza. Estas marcas caracterizam um neoconservadorismo que se infiltra no serviço social a partir da intensificação dos ideais neoliberais e do rebaixamento ídeo-teórico do pensamento social da burguesia, que ameaçam o debate crítico e o projeto profissional.

Retomando a trajetória da renovação profissional, é verificável nas duas primeiras tendências a presença desse substrato conservador. A primeira delas, nomeada *perspectiva modernizadora*, foi desenvolvida principalmente na segunda metade dos anos de 1960 até o fim da década seguinte, e se caracteriza pelo empenho em adequar o serviço social enquanto instrumento eficaz ao desenvolvimento capitalista frente às requisições sociopolíticas daquela quadra histórica. Por isso, conforme explicado por Netto (2011), essa vertente tem como essência a profunda aceitação da ordem estabelecida pelo golpe cívico-militar. Com isso, o aporte teórico no estrutural-funcionalismo estadunidense visava “[...] dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites” (Netto, 2011, p. 155), estabelecendo assim um caráter tecnocrático para o serviço social.

A segunda tendência no processo de renovação profissional, nomeada de *perspectiva de reatualização do conservadorismo*, se caracteriza por sua impermeabilidade às mudanças. De acordo com Netto (2011, p. 157), esta perspectiva tentou recuperar elementos da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

autorrepresentação e da prática com base na “[...] herança histórica e conservadora da profissão”, pois esta vertente herda do serviço social tradicional aquelas “[...] características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional”. No entanto, esse resgate do arcaico era transvestido com ares de modernidade e, transitando entre ressalvas ao positivismo e a recusa do arcabouço crítico dialético, resgatava o tradicionalismo para reafirmá-lo sob bases fenomenológicas, tidas como mais sofisticadas (Netto, 2011).

Com isso, podemos identificar que, resguardadas suas particularidades, as vertentes modernizadora e a reatualização do conservadorismo têm como traço comum a reafirmação do conservadorismo presente no serviço social tradicional que, no entanto, aparece em cada uma das perspectivas sobre novas bases teóricas. Por um ou outro caminho, ambas as perspectivas são legatárias do compromisso com o ordenamento social capitalista que é inerente ao serviço social tradicional. Sendo assim, as perspectivas se diferenciam no caminho que tomam para fazer valer esse compromisso. Somente com a emergência da terceira vertente do processo de renovação profissional, a *intenção de ruptura*, temos um efetivo rompimento com o tradicionalismo profissional.

Ao contrário das anteriores, esta [vertente] possui como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho ‘tradicional’ e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. Com efeito, ela manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (a tradição positivista), quer com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador) (Netto, 2011, p. 159).

Nesse sentido, a perspectiva de intenção de ruptura visa romper essencialmente com o conservadorismo arraigado no interior da profissão. Sua formulação é obra de docentes e profissionais formados até o recrudescimento do caráter autoritário da ditadura civil-militar com o AI-5, em 1968. Com isso, podemos afirmar que “as bases sociopolíticas da perspectiva de intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril” (Netto, 2011, p. 257). Por isso, essa vertente expressa no campo profissional as tendências democráticas e progressistas que se desenvolviam no Brasil na década de 1960, representando no campo profissional a necessidade de desdobrar a profissão para um projeto profissional filiado aos movimentos populares e de suas demandas.

É importante assinalar ainda que a vertente de intenção de ruptura fez germinar no serviço social brasileiro um importante espaço ampliado da crítica à sociedade capitalista. A mudança na direção social da profissão, cujo processo é reflexo da aproximação à teoria social de

Marx, foi alicerçado a uma visão de totalidade sobre a vida social e do cotidiano da sociedade brasileira, em um movimento de compreensão da realidade em sua totalidade.

Surgida entre 1972 e 1975, a perspectiva de intenção de ruptura foi se consolidando e amadurecendo ao passo que caminhava para o ocaso o regime ditatorial, o que começou a se desenhar com mais nitidez no fim daquela década. O final da década de 1970 se caracteriza pelo contexto de profunda crise econômica e social posta em curso pela erosão do modelo econômico característico da autocracia burguesa⁴. Os números do país eram contraditórios: o Produto Interno Bruto (PIB) teve um ostensivo crescimento na casa dos 10% e a inflação caiu vertiginosamente. Entretanto, o sucesso do plano econômico dos militares também se assentava na contenção dos salários, cujo aumento foi desvinculado da inflação. Essas medidas foram extremamente benéficas para os empresários, aliviando seus custos e possibilitando um momentâneo controle inflacionário. Neste quadro, a classe trabalhadora arcou com o ônus da crise, amargando uma brutal concentração de renda e taxas inflacionárias que particularizam o final do regime ditatorial (Netto, 2014). O cenário era funcionalmente propício para a emergência ou fortalecimento de movimentos politicamente organizados que buscavam enterrar esse regime e restabelecer relações democráticas e conquistas trabalhistas. Foi nesse espaço que a vanguarda mais progressista do serviço social fortaleceu as bases para o enfrentamento ao conservadorismo.

A seguir, trazemos uma análise sobre o III CBAS e elucidaremos o legado que o congresso deixou para a profissão, marcando efetivamente uma virada no caráter político do serviço social, que desencadeou alterações significativas nas suas organizações políticas, incluindo nelas o movimento estudantil, possibilitando aos profissionais alterar a imagem social da profissão a partir da influência teórico-política que vinha experimentando.

3. A Virada de 1979 e seu legado político-profissional

O fim da década de 1970 é um período de muita efervescência política e o serviço social, que há alguns anos vinha se voltando às demandas dos trabalhadores, também encampou estas lutas. Desde 1977 muitos assistentes sociais se alinham ao sindicalismo classista, o que contribuiu expressivamente com a organização ampla dos profissionais. A categoria das/os assistentes sociais se fez presente na luta e na construção desses espaços coletivos,

⁴ É importante assinalar que o processo de crise econômica e social não estava restrito ao Brasil: o país era na época o terceiro maior importador de petróleo do mundo e em 1979 o 'segundo choque do petróleo' já se fazia sentir (Netto, 2014).

fundamentais para a derrocada da ditadura, assim como também lutou diretamente contra o regime civil-militar, “especialmente no marco da oposição pequeno-burguesa radicalizada” (Netto, 2011, p. 259). Essa aproximação garantiu aos/às profissionais um acúmulo de forças que culminou na mudança de rumos do III CBAS.

O ano de 1979 é marcado pelo processo de luta pela abertura democrática, resultando no enfraquecimento da ditadura cívico-militar. Tais movimentos deram força para a potencialização da categoria dos/as assistentes sociais (Bravo, 2009). Esse é o contexto que antecede o III CBAS: uma conjuntura sócio histórica de grandes mobilizações da classe operária, a exemplo das greves do ABC Paulista em São Paulo–SP, que contou com uma ampla organização do movimento popular. Foi nessa conjuntura que tivemos o histórico 1º de maio de 1979, momento que reuniu cerca de 150 mil pessoas, entre metalúrgicos, trabalhadores de outras categorias, partidos de oposição, e associações da sociedade civil. O caráter massivo desta luta foi fundamental para a vitória dos trabalhadores (Netto, 2014).

Como nos lembrou Luiza Erundina no seminário comemorativo dos 30 anos da virada, o serviço social se fez presente nessa luta:

Lembro agora um gesto comovente da Odette [Lenzi]. Quando íamos participar dos atos da greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, naquele momento de repressão da ditadura militar, ela se preocupava em levar lenços molhados para nos protegermos do gás lacrimogêneo lançado pela polícia contra a multidão que lá estava, inclusive nós, os/as assistentes sociais da APASSP⁵. Ainda hoje guardo, de lembrança, alguns daqueles lenços. Essa era Maria Odette, pessoa extraordinária com quem tivemos o privilégio de conviver (CFESS, 2012, p. 40).

Essa fala remete ao compromisso e vínculo que a categoria profissional estava construindo com a classe trabalhadora, na construção cotidiana da luta por melhores condições de vida e pela democracia. Assim, podemos concluir que a perspectiva crítica que vinha sendo gestada durante toda a década de 1970, amadurece e se coloca em prática nas lutas travadas na sociedade brasileira daquele período.

Entre os dias 23 e 27 de setembro de 1979, no Centro de Convenções do Anhembi, ocorreu o III CBAS que seria conhecido na história da profissão “Congresso da Virada”. Com o tema “Serviço Social e Política Social”, o congresso foi organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS) de São Paulo. Foram levantadas algumas críticas tanto à programação quanto à organização do evento por

⁵ A sigla refere-se a Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp),



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

parte de entidades sindicais organizadas na Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), em articulação conjunta com docentes organizados na Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)⁶. A partir destes questionamentos foi elaborado um documento crítico para intervenção no congresso. Segundo Bravo (2009, p. 688) as polêmicas eram:

- O caráter antidemocrático da organização que não desencadeou nenhum processo de discussão com a categoria;
- a restrição à participação dos estudantes de Serviço Social, limitada apenas a dois estudantes por unidade de ensino;
- os homenageados do Congresso que constavam de dirigentes da ditadura empresarial-militar: o presidente da república General João Batista Figueiredo, os ministros Murilo Macedo e Jair Soares, além de integrantes do governo de São Paulo—Paulo Salim Maluf (governador biônico), Antônio Salim Curiat (Secretário) e Paulo Reinaldo de Barros (Prefeito);
- O conteúdo relativo à temática central que enfatizava as políticas setoriais, sem uma análise global e totalizante das políticas sociais.

Nos chama atenção o quanto que, naquele momento, as entidades da categoria estavam em dissonância com o corpo profissional. Essa dissonância fica enfaticamente expressa, entre outros pontos, pela mesa de honra estabelecida pela organização do evento, composta por figuras proeminentes da ditadura tanto ao nível federal, como figuras do mesmo quilate do estado de São Paulo e de sua capital. Se outrora uma mesa assim não causaria desconforto, naquele momento esta mesa causou revolta, que se traduziu nas mobilizações dos membros do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS)⁷ e ABESS, vinculados aos grupos de trabalho do evento que, de forma crítica, levantaram questões e realizaram na manhã do dia 24 de setembro, segundo dia do congresso, uma assembleia que contou com a presença de estudantes e profissionais se posicionando criticamente ao formato conservador inicial do III CBAS. No movimento da assembleia foram aprovados os seguintes pontos:

- Mudanças dos homenageados — que passou a ser ‘Todos os trabalhadores que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas’.
- Alterações na programação tanto no conteúdo a ser abordado, como dos componentes das mesas e painéis. As políticas setoriais deveriam ser analisadas na visão

⁶ “A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social da PUC-SP. Esta importante entidade acadêmico-científica completa 70 anos em 2016”. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/>, acesso em 12/07/2024.

⁷ Segundo, Castro, “[...] o CEAS foi o considerado como o embrião da profissionalização do Serviço Social no Brasil [...] o trabalho de organização e preparação dos leigos se apoia numa base social feminina de origem burguesa, respaldada por Assistentes Sociais belgas que ofereceram a sua experiência para possibilitar a fundação da primeira escola católica de Serviço Social” (Castro, 2000, p. 103).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de totalidade, enfocando a Política Social no capitalismo e, em todas as mesas e painéis, seriam incluídos participantes de movimentos sociais, entre eles: feminista, contra a carestia, anistia. Outra modificação na programação foi a inclusão da discussão sobre condições de trabalho e salário dos assistentes sociais por ser o profissional um trabalhador assalariado.

- Inclusão de uma mesa final de encerramento com a participação de lideranças sindicais e movimentos sociais com as seguintes presenças: Luiz Inácio Lula da Silva, pelo sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; João Pedro da Silva, pela Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Perdigão Teixeira, representando o Movimento de Luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel pelo Movimento Popular de Saúde da Zona Leste; Maria Augusta Capistrano, representando o Comitê Brasileiro de Anistia, e Luiza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (Apassp), que falou em nome das entidades sindicais de assistentes sociais [...] (Bravo, 2009 p. 689).

A partir das problematizações houve mudanças na condução do III CBAS, sendo algumas já sinalizadas acima. O Congresso da Virada foi um marco que possibilitou a construção de um serviço social crítico, se conectando com a realidade social brasileira e com todas as transformações ocorridas no contexto das décadas de setenta e oitenta. O legado dos quarenta e cinco anos da “virada” é uma expressão coletiva da busca de ruptura com o conservadorismo, da necessidade de superação da sociedade do capital e da construção das possibilidades efetivas para a emancipação humana em sua forma mais ampla. Além de fortalecer as ações profissionais no cotidiano dos espaços sócio ocupacionais, da formação e dos coletivos que representam a profissão no país. Entretanto, esse movimento só pode ganhar corpo quando a classe operária ascende à cena na luta contra o regime militar, assim como também contra as precariedades postas pelo sistema capitalista. O que ocorreu no congresso é o reflexo do que vivenciava a sociedade brasileira: uma luta plena pela liberdade, contra o conservadorismo e o autoritarismo daquele período.

Esse cenário permite Netto (2009, p. 663) concluir que

É precisamente sob o impacto da reinserção do proletariado na arena política, no quadro da mobilização anti-ditatorial de amplos contingentes assalariados, da mobilização de setores pequeno-burgueses, inclusive burgueses, e, na sequência quase imediata, da decretação da anistia, que o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) traz à cena política as tendências democráticas contidas e reprimidas no Serviço Social.

É de notar que tais impactos na conjuntura das lutas sociais no contexto histórico brasileiro se conectaram ao espaço do III CBAS, pois mesmo com um grupo conservador na direção do evento, as forças sociais progressistas presentes na categoria profissional estabeleceram articulações que possibilitaram a virada. Uma das medidas mais significativas das entidades profissionais que assumiram a condução do evento foi a destituição da mesa de honra,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

antes ocupada por figuras que representavam o autoritarismo, reconstruída com trabalhadores/as, movimentos sociais e sindicais e profissionais do campo progressista. Este ato em si é simbólico da tomada de posição que a categoria estava construindo e que veio a se tornar hegemônica nos anos posteriores.

O III CBAS ficou ainda marcado pela presença expressiva de movimentos sociais e sindicais, cujas lideranças ocuparam a mesa de encerramento, passando a se ampliar os espaços de debate dessas temáticas no serviço social. É imprescindível também demarcar o papel do movimento estudantil na virada do congresso, bem como a herança que tal experiência deixou para esta entidade. De acordo com Braz (2009), o movimento estudantil de serviço social evoluiu significativamente nos marcos do III CBAS, visto que as entidades estudantis estavam se reorganizando após o desmonte provocado pela ditadura militar. E foi o protagonismo das vanguardas profissionais que impulsionou o movimento estudantil a um maior engajamento político, encontrando abertura para uma articulação política com as entidades profissionais que se solidificou ao longo dos anos.

Ademais, ainda é legatário de uma influência teórico-política decorrente do substrato ideológico e político defendido pelos participantes que construíram a virada, impulsionados pela crítica ao conservadorismo e ao tradicionalismo presentes no serviço social. Segundo Braz (2009, p. 717), essa herança recebida pelo movimento estudantil se deve, dentre outros fatores,

[...] à inteligência política e ao destemor daqueles que desafiaram o conservadorismo e o tradicionalismo da profissão em 1979, afiançando às novas gerações esse legado que hoje celebramos e que está exigindo a sua perpetuação frente aos inúmeros desafios que se colocam em nossos dias.

Neste cenário, a participação do movimento estudantil de serviço social no III CBAS colaborou para a ampliação da participação dos estudantes naquele e nos subsequentes encontros da categoria, considerando o entendimento de que estudantes e profissionais têm interesses comuns. O legado histórico e político do Congresso da Virada para as entidades estudantis permitiu-lhes participar ativamente do movimento de renovação e contribuir na estruturação do projeto ético-político do serviço social, portanto lhes permitiu somar forças na linha da resistência no processo de redemocratização do país e no aprofundamento teórico-metodológico pautado na teoria social crítica.

Nos anos de 1980, as lutas sociais no Brasil ganham outros contornos. O governo Figueiredo começou a sentir de forma mais efetiva os reflexos trazidos pela crise, tendo ainda que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentar a reorganização dos trabalhadores, seus sindicatos de classes e o conjunto dos movimentos sociais. Um dos pontos centrais das lutas dos anos oitenta era o aprofundamento da redemocratização. No que se refere aos desdobramentos do CBAS na consolidação do projeto profissional crítico (de intenção de ruptura com o conservadorismo) para o serviço social destacamos alguns elementos importantes, vejamos:

- O aprofundamento teórico-metodológico da profissão e a ampliação da produção acadêmica à luz de suportes teóricos apropriados das fontes clássicas da teoria social, com exigências intelectuais rigorosas. A produção de lamamoto e Carvalho (1982) é considerada por Netto (1991) como o coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura, com sua maturidade intelectual. A autora procura compreender o significado social do exercício profissional nas suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira (lamamoto e Carvalho, 1982).
- O fortalecimento das entidades da categoria e o início de ações articuladas entre as mesmas, resguardadas as suas especificidades (Bravo, 2009, p. 690).

Para o Serviço Social os anos oitenta e noventa são de extrema importância, tendo a produção de referenciais teóricos significativos com a Obra de *Marilda lamamoto e Raul de Carvalho* (1982), seguida da Obra de *José Paulo Netto* (1991), ambas nos trazem importantes contribuições para pensar a profissão e as mudanças da realidade ali postas. Apesar da conjuntura marcada pelo neoliberalismo e seus ataques aos serviços sociais públicos nos anos de 1990, a profissão consegue potencializar e fortalecer suas bases de resistências e mobilização políticas. Mesmo nessa conjuntura adversa, o serviço social brasileiro seguiu avançando nas lutas coletivas articuladas aos/as trabalhadores/as e movimentos sociais, tais elementos dão o tom para o aprofundamento do projeto profissional crítico: nos afastamos das práticas militantistas e messiânicas ao passo que conseguimos avançar na análise da realidade a partir de seus fundamentos, seja do ponto de vista da formação de novos quadros, da ética profissional, assim como também na busca pelo fortalecimento do exercício cotidiano das ações profissionais.

Com isso, é desnecessário mencionar que o pós-2013 trouxe a ampliação dos debates e reflexões coletivas, forjando uma categoria organizada em espaços amplamente democráticos e representativos, a exemplo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS e CRESS), além da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO). É notório ainda que, ao longo dessas décadas, do ponto de vista ético, político e organizativo, o serviço social brasileiro vem materializando um significativo acúmulo de lutas e diversas conquistas coletivas para a profissão e para o conjunto da sociedade. Essas conquistas, são expressões da organização coletiva da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

categoria profissional alinhadas às diversas lutas da classe trabalhadora brasileira, e devem ser compreendidas como patrimônio do serviço social brasileiro: uma categoria profissional que vem crescendo no país nos últimos anos.

Segundo consta no site do CFESS⁸, o Brasil detém hoje cerca de 242 mil profissionais, e o Conselho Regionais de Serviço Social (CRESS) conta com 27 sedes: uma em cada estado do país. Desse modo, o Brasil conta com o segundo maior contingente de assistentes sociais do planeta, tendo somente os Estados Unidos à frente. No mais, o serviço social brasileiro segue rumo aos seus noventa anos, de forma madura e reconhecida socialmente pelo seu compromisso ético-político com os/as usuários/as dos serviços sociais. Nas últimas décadas, a profissão vem construindo, por meio dos seus espaços coletivos e representativos, estratégias de lutas em defesa da liberdade, da radicalização da democracia, da luta contra o racismo e da efetivação e ampliação dos Direitos Humanos.

No entanto, ainda há muitas conquistas a serem alcançadas e os desafios estão postos numa conjuntura de crise mundial do capital e de precarização generalizada das políticas sociais. Nesse ínterim, é fundamental sinalizar que a luta pelos direitos é necessária, mas tem seus limites no marco da sociabilidade regida pelo capital. Dessa forma, a transformação radical desse modelo de existência deve continuar sendo nosso horizonte, assim como também devemos continuar encampando cotidianamente as lutas contra as diversas opressões nutridas no solo nefasto do capital. É com base nesse entendimento que, nas últimas décadas depois da “Virada de 1979”, o serviço social no Brasil caminha rumo a uma direção social conectada às lutas da classe trabalhadora, que se expressa com o Projeto Ético-Político Profissional para (re)afirmar a ruptura com as práticas conservadoras que fundamentaram os Códigos de Ética anteriores⁹. Importa afirmar que desde o Código de 1986 já estão expressas as mudanças trazidas com a virada. Barroco (2009) aponta que durante a década de 1980, com influência gramsciana, a dimensão política ganha bastante relevo no interior da profissão, se constituindo numa importante influência para

[...] a formulação do novo currículo de Serviço Social, em 1982, e os debates da categoria sobre o *compromisso político-profissional com as classes trabalhadoras*. A organização política da categoria, impulsionada pela redemocratização da sociedade brasileira e pela prática profissional vinculada aos movimentos sociais, favoreceu a construção e hegemonia

⁸ Para mais, acesse: <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>.

⁹ Códigos com marcas conservadoras são eles: o de 1947, 1965 e 1975, carregados de uma visão neotomista, a-histórica, idealista e metafísica. Com valores abstratos que se reduziam ao “bem comum” e à “harmonia”, além de seu caráter amplamente neutro.

do projeto profissional que, em termos éticos específicos, prosseguiu, nos anos 1990, com uma nova elaboração do Código de Ética, em 1993, aperfeiçoando-o em sua fundamentação e em seus pressupostos operacionais, com uma produção ética inédita, passando a compor as suas conquistas (Barroco, 2009, p. 221, grifo autoral).

O Código de Ética de 1993, passados seus trinta e um anos, preserva as muitas conquistas registradas a partir do Código de 1986, além de avançar muito, tendo em vista todo o acúmulo teórico-metodológico produzido até então. Nas palavras de Barroco e Terra (2012), o Código de Ética Profissional:

[...] se orienta por referências teóricas, filosóficas, por valores e finalidades que fazem parte do projeto profissional historicamente construído, cujo adensamento político depende do avanço de sua base de sustentação ideopolítica: a organização da classe trabalhadora e dos movimentos contra-hegemônicos da sociedade. Sem essa base concreta e sua consciência teórica, a ética profissional torna-se abstrata [...] (Barroco; Terra, 2012, p. 108).

Por fim, é fundamental discutir o significado político do Congresso da Virada na contemporaneidade, pois ele se constitui como elemento potencializador de grande importância nos novos rumos expressos na organização e reviravolta no Serviço Social brasileiro. Sua essência dá vida a relevantes documentos, a exemplo do Código de Ética Profissional, considerado um dos nossos grandes feitos ao afirmar a direção política no âmbito do exercício profissional. Dessa forma, é essencial compreender documentos como enquanto parte do legado ético-político das/os assistentes sociais brasileiras/os, construído ao longo dessas últimas décadas. Este legado nos coloca desafios ao implicar na contínua luta em defesa de seus princípios, que apontam para um horizonte em que possamos seguir reafirmando o nosso compromisso coletivo com pautas sociais e emancipatórias da sociedade.

Iamamoto, no Seminário Nacional dos 30 anos do Congresso da Virada, sinaliza alguns pontos sobre o legado político-profissional, vejamos:

No campo do exercício profissional, esse patrimônio político-profissional acumulado tem impulsionado a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com direção política profundamente sintonizada com os interesses do universo do trabalho e com as necessidades desses sujeitos sociais;
Os/as assistentes sociais vêm construindo uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, apoiando a participação qualificada dos sujeitos nas instâncias de representação coletiva e nas formas diretas de mobilização e organização social;
Consolidou-se o autorreconhecimento dos/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as, partícipes do trabalho coletivo, o que tem como contrapartida o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e na qualidade dos atendimentos;

Esforços que vêm sendo empreendidos na qualificação das competências e atribuições do/a assistente social, nos segmentos mais representativos do mercado de trabalho: na política de assistência social, de saúde e na área sócio-jurídica. Todavia, é necessário atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho na perspectiva do projeto coletivamente construído (CFESS, 2012, pp. 130–131).

Vale registrar que os elementos trazidos acima revelam toda a organização e acúmulo de forças, que constituem o fortalecimento da profissão no Brasil e na América Latina, de modo que são expressões de uma construção histórica e coletiva que afirma a agenda política e crítica do serviço social brasileiro na atualidade. Além disso, busca articulações no âmbito internacional para ampliar o debate crítico na profissão pelo mundo, em um conjunto de esforços que expressam o compromisso e o legado da virada do serviço social brasileiro.

Assim, a profissão se coloca no processo de enfrentamento a todas as formas de precarização e mercantilização da vida que emergem da lógica reprodutiva do capital. O serviço social tece suas formas de resistência junto a classe trabalhadora, desde suas ações profissionais até suas articulações em espaços coletivos em diversas frentes das lutas sociais, e também no compromisso firmado historicamente pelas entidades representativas do serviço social brasileiro. Compreendemos, entretanto, que apesar de todos os avanços conquistados pelo serviço social, ainda temos muitas lutas para a construção das condições reais para a superação desse mundo marcadamente desumano que caminha rumo à barbárie. Torna-se fundamental fortalecer a perspectiva coletiva de superação do capital, ampliando o entendimento sobre o legado político proporcionado pela “Virada”.

4. Considerações finais

Para o Serviço Social brasileiro, o *Congresso da Virada* tem significativa importância no processo de construção coletiva naquilo que conhecemos como Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se expressa na realidade através da Lei de Regulamentação da profissão, no Código de Ética, nas Diretrizes Curriculares e num conjunto de articulações que dão forma a tal projeto. Com uma história de 88 anos completos, é importante que a categoria revisite as diversas lutas travadas por gerações de profissionais que buscaram a ruptura com o conservadorismo, o que nos leva a pontuar a importância histórica e política do III CBAS nessa trajetória.

A “Virada” nos deu possibilidades concretas para avançar e amadurecer enquanto profissão, deixando um amplo legado político-profissional que se materializa no Projeto Ético-Político da Profissão. O Serviço Social Brasileiro é uma profissão que se soma às lutas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos/as trabalhadores/as e expressa essa articulação em seus documentos profissionais, além de apontar a necessidade de superação da sociedade de classe e da real construção de outra ordem societária humanamente emancipada.

O cenário de mundialização do capital e o aprofundamento da crise são marcas da atual conjuntura. Neste sentido, o capital busca estratégias para manutenção de acumulação, expansão e lucro, trazendo impactos profundos na vida dos/as trabalhadores/as, nas políticas públicas e demais serviços. Refletir criticamente sobre as possibilidades que podem ampliar a luta contra o capital e suas formas e personificação é uma necessidade que se coloca na ordem do dia. Esse quadro atual nos remete a necessidade de fortalecer nosso projeto ético-político profissional, conectado às lutas coletivas dos/as trabalhadores/as.

Desta forma, refletir sobre os desafios postos para a profissão tem fundamental importância. Com isso, levantamos alguns pontos que compreendemos serem essenciais: 1. A defesa da formação crítica no âmbito da graduação e pós-graduação; 2. O adensamento das/os assistentes sociais nas lutas sociais; 3. O fortalecimento das entidades representativas (CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO); 4. Defesa dos espaços sócio ocupacionais e das atribuições privativas; 5. Manutenção e ampliação das políticas públicas com qualidade. Tais desafios são um convite para se manter vivo o legado iniciado com a Virada, manutenção esta que requer a criação contínua de estratégias para efetivação do Projeto Ético-Político Profissional do serviço social brasileiro. A virada é, e continuará sendo, um dos nossos maiores legados. Avante!

Referências

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. História da ABEPSS. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/>. Acesso em 12/07/2024.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado Político e Profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.100, p. 679–708, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: a virada e seu legado às novas gerações. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 100, p. 709 –719, 2009.

CASTRO, Manoel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2012.

Atualmente, qual é o número de assistentes sociais no Brasil?. **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em 12/07/2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez: 1991.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil no pós-64**. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 100, p. 650–678, 2009.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964–1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.